

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 10 – Informação e Memória

NAS TRILHAS COLABORATIVAS DO PATRIMÔNIO: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA ONLINE

ON THE HERITAGE COLLABORATIVE TRAILS: CHALLENGES ON BUILDING PUBLIC HISTORY ONLINE

Eliane Cristina de Freitas Rocha – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Ivana Denise Parrela – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar o trabalho de escrita sobre a memória e a história e sua divulgação, em contextos não institucionalizados, especialmente na realização de ações colaborativas de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural. Metodologicamente, realizamos revisão de literatura de reconhecidas referências sobre a história pública em sua articulação com abordagens teórico-metodológicas sobre história local, e apresentamos seus desafios contemporâneos referentes à criação de conteúdos de história por coletivos amadores em ambiente digital. Apresentamos um estudo de caso de um agrupamento denominado “Chapada Velha – Nas trilhas da história”, por meio de análise de conteúdo de seu perfil na rede social Instagram. A análise do perfil apresenta abundância de questões em aberto que dialogam com pesquisas acadêmicas já realizadas e em andamento, pelas autoras, sobre conexões histórico-culturais do município de Grão Mogol com o município de Diamantina e com a Chapada Diamantina, na Bahia. Discutimos as potencialidades de ações de pesquisa criadora de trilhas colaborativas entre pesquisadores acadêmicos e amadores para decifrar os vestígios de ocupação da Cordilheira do Espinhaço que estão em curso.

Palavras-chave: pesquisa colaborativa; História Pública; patrimônio cultural; comunidade de prática.

Abstract: This article aims to discuss the work of writing about memory and history and their dissemination in non-institutionalized contexts, especially in the implementation of collaborative actions to identify and recognize cultural heritage. Methodologically, we accomplish literature review on well known references on public history in articulation of methodology-theoretical approaches on local history, and we present their current challenges related to building history contents by amateurs in digital environment. start from the literature on public history in its articulation with theoretical-methodological approaches on local history, movements, collectives and social networks, and a case study of a group called “Chapada Velha – On the trails of history”, through content analysis of its profile on Instagram social network. The analysis of that profile presents an abundance of open questions that dialogue with on previous and ongoing research carried out by this article authors history-cultural connections of Grão Mogol municipality to Diamantina municipality and Chapada Diamantina Mountain Range in Bahia. We discuss potentialities for research actions that create collaborative trails between academic and amateur researchers, which are currently underway, in order to decipher Espinhaço Range occupation traces.

Keywords: colaborative research; Public History; cultural heritage; practice communities.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma atividade de pesquisa em desenvolvimento articulada a projeto de extensão¹ que visa criar subsídios para um museu de território e percursos para Grão Mogol, município situado no Norte de Minas, a 568 km de Belo Horizonte, próxima ao Rio Itacambiraçu, afluente do Rio Jequitinhonha. Nesta etapa de trabalho, a equipe busca identificar fontes sobre a história do município, cujo surgimento e crescimento foram impulsionados pela exploração de diamantes no século XVIII. Ao mesmo tempo, esforços do governo de Minas para impulsionar o turismo no município e região próxima, tem promovido o Circuito Turístico do Espinhaço (Agência Minas, 2023), tendo a cidade de Grão Mogol como seu ponto central. Já é possível visualizar rotas turísticas de bicicleta reunindo as regiões, iniciativas de turismo solidário² e criação de trilhas visando imersão nas culturas locais, como a TransEspinhaço, que chega a Grão Mogol e eu entorno³. A cordilheira do Espinhaço agrega conexões paisagísticas, históricas e culturais desta cidade com destinos turísticos já reconhecidos nacional e internacionalmente, como Diamantina e um conjunto de municípios da região central da Bahia, denominada Chapada Diamantina⁴.

Um elo importante entre essas iniciativas ainda não está suficientemente bem construído pelas pesquisas ou políticas públicas, a saber: o conhecimento da exploração de diamantes que impulsionou a formação de arraiais, cidades e deslocamentos migratórios de

¹ Agradecemos à PROEX e à PRPG, da UFMG, por sermos contempladas com recursos da chamada conjunta PRPG-UFMG e PROEX-UFMG no EDITAL Nº 2903/2024: PROGRAMA EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO (PROEXT-PG) para desenvolver o projeto MEMÓRIA, HISTÓRIA LOCAL E PATRIMÔNIO CULTURAL DE GRÃO MOGOL: DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E AÇÕES EDUCATIVAS PATRIMONIAIS NA CIDADE. Agradecemos à CAPES pelos recursos recebidos pelo Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG).

² Esta iniciativa teve início em 2003, como programa do governo do estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas Gerais (SEDEVAN), órgão vinculado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). Sobre a experiência de Grão Mogol, cf. Moraes, 2014.

³ A TransEspinhaço foi reconhecida pelo Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima como integrante da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (Brasil, 2024). O X Seminário TransEspinhaço, realizado em Montes Claros, com a participação de empresas como a Montanero, apresenta a proposta de conexão da região de “Olhos d’Água a Grão Mogol” e “Grão Mogol à Divisa com a Bahia”, com o objetivo de conectar por trilha todas as regiões da Cordilheira, de Ouro Branco (MG) até o final da Chapada Diamantina (Rede Trilhas, 2024).

⁴ Para definição das cidades a serem pesquisadas (Lençóis, Mucugê, Andaraí [e Iगतu, seu distrito], Seabra, Palmeiras, Caetité e Rio de Contas) estabelecemos um recorte histórico, geográfico e cultural, partindo de duas referências clássicas sobre a ocupação da região: Spix & Martius (1976), que apontam o potencial da região para a exploração mineral e suas conexões com Minas Gerais, em viagem pelo Brasil entre 1817 e 1820; e as definições territoriais de Teodoro Sampaio para a zona de mineração do diamante baiana, visitadas já no contexto de crise da exploração da riqueza, em 1880 (Sampaio, 2002).

Diamantina a Grão Mogol, no século XVIII, e de Grão Mogol à Chapada Diamantina, no século XIX. Algumas construções associadas ao desenvolvimento da região são tombadas, e há instituições museais que contam a história local do garimpo, porém, há lacunas no conhecimento histórico sobre a mineração na região da cordilheira. Além disso, os vestígios das ações mineradoras são pouco reconhecidos, mapeados, georreferenciados ou seja: há muita história a ser escrita.

Membros desta equipe de pesquisa tiveram contato com pessoas de uma rede denominada “Chapada Velha – Nas trilhas da História” que se apresenta no *Instagram* e conta com parte de seus membros conectados também por um grupo de *WhatsApp*. Tal rede busca (re)conhecer a história da Chapada Diamantina, especialmente para qualificar o turismo, e deparou-se com aspectos desconhecidos da ocupação do território no século XIX que conectam a história da Chapada Diamantina à história de Grão Mogol. Para compreender melhor tais aspectos, um membro da rede convidou uma das autoras deste artigo para participar do grupo, e sua participação tornou premente a necessidade de se problematizar os desafios da articulação em rede para tessitura da história pública. Para tanto, discutimos, brevemente, a história pública, suas conexões com a escrita das histórias locais e as características de redes *online* para construção de conhecimento. Apresentamos, em sequência, o desafio empírico de decifrar um vestígio histórico da exploração de diamantes em Igatu, distrito de Andaraí (BA) que conecta Grão Mogol à Chapada Diamantina – o Aqueduto Caetano Martins.

2 HISTÓRIA PÚBLICA, DIGITAL, LOCAL?...

O conceito e as práticas de história pública foram desenvolvidos, paralelamente, na Europa e nos EUA, a partir do final dos anos 1960, para se referir à atuação dos historiadores fora do ambiente acadêmico, junto às empresas e aos órgãos governamentais, em ambientes os mais variados, como meios de comunicação, museus, arquivos ou espaços e instituições particulares, em sua concepção estadunidense, segundo Bruno Carvalho (2016). Os marcos da trajetória americana, para o autor, são a criação da revista *The Public Historian*, em 1975, e a aproximação com espaços institucionalizados dedicados à história oral. Enquanto, na perspectiva inglesa, “falar de História Pública é uma forma de desconstruir a maneira como se formam as representações públicas do passado, ou seja, trata-se de uma história com verniz político” (Carvalho, 2015, p. 39).

Esses estudos se concentraram, a princípio, em países de língua inglesa, mas a partir dos anos 2000 se expandiram, e chegaram ao Brasil no final da primeira década do novo século. Jurandir Malerba (2017, p. 141) afirma que, no Brasil, o mais comum é que a escrita de trabalhos com essa perspectiva de atingir novos públicos seja feita por amadores, embora, a partir de 2011, um grupo de historiadores profissionais tenha levado a história pública para as universidades. Ricardo Santhiago (2016) concorda com Malerba ao afirmar que, no Brasil, tem-se privilegiado uma vertente da história pública feita para o público, que focaliza a ampliação das audiências. Para este autor, uma das explicações para a retomada, fortalecimento ou entusiasmo com a história pública, para usar argumentos variados mobilizados para explicar o crescimento do interesse pela área, pode ser encontrada não apenas na chegada da tecnologia da *Web.2.0*, mas, da “cultura da colaboração” que marca nossas relações sociais pelas redes no que tange à história.

Carvalho (2016), Santhiago (2016) e Malerba (2014, 2017) são exemplos de historiadores profissionais que trabalham o tema a partir das universidades. Reunidos neste artigo, apesar de suas diferentes perspectivas, mostram-nos que o público de história se expandiu vertiginosamente nos últimos anos, para muito além do público consumidor de livros e artigos. O que exige que pensemos se a história é pública porque sua produção saiu da tutela acadêmica e passou a ser largamente praticada, produzida por leigos e amadores, ou se ela é pública pela dimensão da audiência que é capaz de atingir desde as últimas três décadas. Para Malerba (2017, 2014), essas duas perspectivas se explicam em grande parte pelo surgimento de novas mídias, disponíveis com a internet. Para o autor, no contexto da difusão das mídias digitais, observa-se a quebra da autoridade do historiador acadêmico sobre a produção do conhecimento histórico, o que aponta para a necessidade de considerar a historicidade dos sujeitos da produção e do consumo da história, passando pelos ~~aos~~ desafios lançados pela difusão exponencial da história proporcionada pela internet, para chegar à discussão da função social do historiador acadêmico.

Outro aspecto importante para a análise do caso discutido neste trabalho diz respeito à mudança em relação às fontes. A partir das reflexões de Serge Noiret (2015) sobre a virada digital na história, é possível discutir como ela alterou drasticamente nossa relação com os documentos, transformou as ferramentas usadas para armazenar, tratar e acessar a informação neles contida, mas isso não reverberou na crítica aos novos usos de fontes reformatadas, acessíveis em várias partes do mundo simultaneamente, desde que se tenha

recursos para garantir tais acessos. Segundo esse autor, para além das fontes, na mesma linha de raciocínio, ainda nos falta “uma metodologia sistemática desenvolvida para abordar de forma crítica essas ferramentas digitais, analisar o deslocamento dos ‘big data’ e compreender a nova capacidade pública para todos trabalharem com o passado” (Noiret, 2015, p. 28), indo além da apresentação das promessas de novas humanidades digitais. Aspectos nos quais ainda não avançamos muito desde 2015.

Ao trazermos a questão das fontes documentais para esse debate, cabe lembrar que as fontes disponibilizadas em rede, que se tornam mais acessíveis aos pesquisadores amadores de história na internet, também são fruto de um trabalho de tratamento do arquivista, que produz instrumentos de pesquisa, indexa tais documentos e elege o que irá “subir para as páginas” do arquivo primeiro, ou seja, envolve trabalho de mediação documentária (Oliveira; Rocha, 2020). Uma vez que os processos de tratamento e difusão arquivística são também escolhas⁵ não isentas e que condicionam o que irá ser pesquisado no acervo. O “encontro” com tais documentos, facilitado pela indexação e difusão em rede, condiciona a abordagem de seus conteúdos em detrimento de outros temas. Além disso, Anaclet Pons (2020, p. 70 *et seq.*) também chama nossa atenção para as investidas dos próprios arquivistas e historiadores de arquivo na escrita de histórias locais e regionais em seus trabalhos de história pública condicionados por suas concepções de história e memória.

Não queremos afirmar com isso que o historiador acadêmico não seja seduzido por tais facilidades. As pesquisas acadêmicas são condicionadas por bolsas, financiamentos e exigências produtivistas, para citar apenas alguns dos desafios do trabalho dos profissionais da história e de outras áreas universitárias.

Noiret (2015) nos estimula ainda a acrescentar novos problemas a essa discussão: ao considerar que a história digital,

que disciplina a relação entre as tecnologias de rede e a disciplina história, por meio das plataformas sociais e das mídias sociais, contribuiu, assim, para abrir a um público maior, e também de forma participativa, à ‘alta cultura’ e, nos melhores casos, com a mediação de historiadores profissionais, os historiadores públicos (Noiret, 2015, p. 34).

Essa história digital (pública) gerada a partir destas interações, exige que consideremos que quase todas as práticas e problemáticas do ofício de historiador, da delimitação de uma

⁵ Sobre o tema ver Freitas e Silva (2023). Também destacamos que cabe aprofundar, em outras publicações, sobre o trabalho de mediação, tanto nas instituições arquivísticas ou em outros espaços. Oliveira e Rocha (2020) problematizam duas grandes formas de mediação: a) mediação documentária, realizado nos bastidores, considerado mediação implícita, que diz respeito ao trabalho de seleção, tratamento, organização, arranjo que permitem que os usuários acessem os documentos; b) mediação cultural, que abre contato das instituições com seus usuários e públicos (mediação explícita), envolvendo diversas ações de difusão cultural e educativas.

hipótese de pesquisa à definição do *corpus* documental, passando pela estruturação da narrativa, a comunicação dos resultados de pesquisa, até o ensino da história, encontra-se, agora, em parte ou no todo, nos computadores e no interior das redes. Pois, para o autor a “cultura histórica digital” é parte de uma “cultura digital” mais vasta que permeia a nossa sociedade por meio da *internet* e sob várias formas comunicativas. Assim, o trabalho com a história e a memória por meio das práticas de escrita participativa permitem que uma pessoa ou um coletivo, com objetivos definidos, dedique-se a sistematizar a história produzida a partir de uma “espécie de saber comunitário”, que de acordo com Noiret (2015, p. 35) pode ser construído pela participação pública em coletivos do tipo *crowdsourcing*⁶, que, sob várias formas e com diversos tipos de conteúdo, trabalho colaborativo e saberes, podem fazer a gestão integrada dos conteúdos digitais.

Acreditamos que a difusão de determinadas narrativas de história local/regional ou a escrita participativa dessa história são processos coletivos de eleição de memórias históricas importantes. Pois, como nos aponta Sandra Donner, o alcance dos livros de história dos municípios, das regiões, é significativo. “Este material é utilizado nas escolas como um ‘manual’, é lembrado nas festas e datas comemorativas da região e é ali que muitos dos mitos de fundação da cidade e do povoado estão escritos” (Donner, 2012, p. 223). A mesma autora nos lembra que “quando realizada por amadores, ela é um gênero de publicações que pretende dar conta das especificidades de uma cidade, região, etnia, não tem como público-alvo a Academia, mas sim, os grupos aos quais se refere” (Donner, 2012, p. 224). Por outro lado, a história local como narrativa acadêmica foi beneficiada pela emergência da Escola dos Annales e outras novas correntes historiográficas do século XX – como a microhistória ou a história popular, inspirada por nomes como R. Samuel – por contribuírem para que ela escapasse de ser uma mera comprovação da história geral, mesmo que não se possa dizer que estas correntes pensassem diretamente na construção de história local, como afirma Pons (2020, p.65). Mas esse percurso sobre temas da história, nos permite apontar que a conexão entre a produção amadora e acadêmica poucas vezes é analisada sem “ranços” ou preconceitos das duas partes. Mas acreditamos que, sem diálogos e análises críticas, os canais digitais de difusão se tornam campo fértil para a propagação de negacionismos históricos na *internet* (Abreu, 2025).

⁶ Segundo a Wikipedia, ela mesma um exemplo de *crowdsourcing*, o termo significa contribuição colaborativa ou colaboração coletiva. A expressão foi criada em 2006 para designar uma prática de obter contribuições, serviços ou conteúdo por meio da colaboração de uma grande comunidade (Crowdsourcing, 2025).

3 OS DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO EM REDE

A existência de grupos em *Instagram* ou outras ferramentas associativas não é sinônima de grupo organizado: tratam-se de agregações virtuais com laços associativos entre seus membros que podem ser fortes ou fracos. Rocha e Pereira (2014) apresentam a taxonomia de Terry Anderson e Jon Dron para compreender associações existentes nos meios digitais visando aprendizagem – Grupos, Redes, Coletivos – e acrescentam a possibilidade de formação de comunidades de prática entre seus membros. Para os autores, os grupos envolvem ações organizadas e membros que se (re)conhecem, sendo fechado e regulado. Já a formação de rede é tida como agrupamento de indivíduos que estão conectados sem necessariamente constituírem uma massa ou um grupo: a rede é uma topografia dinâmica potencializadora de articulações e trocas informativas e comunicacionais, nela os indivíduos podem se reunir para encontrar

[...] respostas às suas questões particulares e não tanto para colaborar em prol da construção de um conhecimento coletivo. No entanto, este membro é também e ainda assim induzido a colaborar, contribuindo com os seus conhecimentos e experiências a fim de coletivamente ser possível a criação de recursos mais valiosos do que aqueles que cada indivíduo constrói individualmente (Rocha; Pereira, 2014, p. 45).

Rocha e Pereira (2014) apresentam a definição de coletivo, no ambiente digital, como *cyber-organismo*, resultado da agregação dinâmica de indivíduos, grupos e redes, que se constituem de maneira emergente, podendo ser reconhecido em comportamentos ditos virais, de enxame, também observados na cultura do cancelamento, entre outros efeitos, inclusive na disseminação de *fake news*.

Por outro lado, o conceito de coletivo, para Veloso (2018) e Escóssia e Kastrup (2005), diz respeito a enlaces entre pessoas que rompem com o isolamento por afinidades e/ou causas em comum: é um arranjo dinâmico que promove inserção do sujeito em um plano relacional que é produtor de subjetividade, podendo levar à formação de associações (laços fracos ou fortes), entre seus membros. O estudo de agregações virtuais, portanto, passa pela compreensão da natureza dos laços entre seus membros, se mais fortes e coordenados (grupos que podem constituir comunidades de prática; grupos que podem ancorar traços identitários de seus participantes), ou se se constituem temporariamente, de maneira menos orquestrada.

As agregações virtuais permitem a formação de conexão entre agentes coletivos para troca e construção de conhecimentos de maneira horizontal, desinstitucionalizada,

autorregulada – conexões características de interatividade mútua (Barboza, 2022) e que têm no *crowdsourcing* uma de suas formas de realização.

Tendo a Wikipédia como um destes exemplos de *crowdsourcing* e de construção colaborativa de conhecimento, é preciso pontuar que os seus mecanismos autorreguladores incluem a formação de pequenos grupos de revisores, editores e lideranças com ganhos simbólicos (Carvalho; Rocha; Freitas, 2007). Tais grupos podem ganhar contornos de comunidades virtuais de aprendizagem, materializando a inteligência coletiva outrora cunhada por Pierre Lévy (Mussoi; Flores; Behar, 2007). Essas comunidades são entendidas como arranjos construídos na passagem da estrutura informal de redes de afinidades ou coletivos à formação de comunidade de prática, definida como “um contexto ou local onde se desenvolve, se negocia e se compartilha o modo de viver (n) o mundo. Viver, conforme essa conceituação, é um processo contínuo de negociação de significados. Até mesmo quando comunidades se especializam em produzir teorias também é uma prática” (Rocha, 2001⁷ *apud* Ipiranga, 2005 *et al.*, p. 2).

A formação de comunidades de prática é correntemente apresentada em cenários de aprendizagem organizacional (Ipiranga *et al.*, 2005), mas também pode se manifestar no campo da educação formal, com um viés emancipador. A este último propósito, Figueiredo, Guimarães e Massena (2024) propõem pensar em comunidades de prática para consecução de cenários integradores no currículo da educação formal – temas ou situações problemas que exijam o emprego de conceitos científicos para serem elaborados, compreendidos. Para os autores, a comunidade de prática é uma “oportunidade de assumir uma responsabilidade compartilhada pela transformação social” (Figueiredo; Guimarães; Massena, 2024, p. 3). A mediação do professor e a estruturação da escola são essenciais para construir resposta científica às questões do cenário integrador. Em contextos informais, e pensando na educação patrimonial, talvez possam ser cogitados cenários integradores para a escrita da história local, inclusive como oportunidade para transformar a realidade social. Sem o papel mediador da escola, contudo, como se daria a organização da comunidade, e a conclusão sobre o tema/problema investigado? A mediação autorregulada pela comunidade é uma aposta, que pode ser facilitada pela presença de membros especialistas, como historiadores. Saber por onde caminha um conjunto de indivíduos em uma rede social e seu grau de organização ajuda

⁷ROCHA, Cristina Tavares da Costa. **A informação via artefatos tecnológico-computacionais nas comunidades de prática: os faróis do saber de Curitiba**. 2001. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba. 2001.

a situar o papel do mediador-historiador com vistas à construção da história pública, aspecto que será desenvolvido a seguir, com apresentação de uma proposta para atuação diante de uma agregação virtual.

3.1 Chapada Velha – uma rede para criar conexões

No cenário de educação informal, de reconhecimento da comunidade dos vestígios de sua história, uma rede se articula e pode formar uma comunidade de prática, talvez uma comunidade virtual de aprendizagem de sua história local. O perfil do *Instagram* denominado “Chapada Velha - Nas trilhas da história”⁸, uma agregação virtual, apresenta-se como potencial para conhecer pessoas, lugares e acervos que podem ser conectados às narrativas sobre a exploração de diamantes com origem em Grão Mogol. O perfil na rede social foi criado em setembro de 2021 pelo guia de turismo Rafael Lage, que se apresenta também como fotógrafo e documentarista, interessado em oferecer experiência imersiva em trilhas e história locais. O nome do perfil é o mesmo de sua empresa, que oferece os serviços sugeridos nesta página: turismo com história. Aliás, o perfil na rede social nos remete ao *site* da empresa⁹. Mas, neste endereço, chama atenção o fato do perfil não divulgar os produtos que vende, como normalmente fazem as agências de turismo, mas dar vazão às pesquisas sobre a história e a memória da Chapada.

Foi realizada análise de conteúdo do perfil do *Instagram*, com vistas a identificar publicações sobre a história da Chapada Diamantina relacionadas à exploração de diamantes¹⁰, totalizando 14 das 69 publicações. São elas: referência a um documentário, de 1977 – Diamante Bruto; uma entrevista com um professor pesquisador sobre o perfil social do explorador de diamantes; uma postagem sobre a origem da cidade de Igatu, ligada à exploração de diamantes; um depoimento de um lavrador que fora garimpeiro; uma imagem de uma estrutura arquitetônica em ruínas da exploração mineral; referência ao documentário “Rios de diamantes”; cinco postagens com fragmentos de um livro sobre a história dos diamantes na Bahia (Abílio Borges – Breve Notícia da Antiga Mineração na Bahia); três

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/chapadavelha>. Acesso em 6 maio 2025.

⁹ Disponível em: www.chapadavelha.com/. Acesso em 6 maio 2025.

¹⁰ É a história da exploração dos diamantes que se conecta à história de Grão Mogol, tendo sido escolhido para discriminar as postagens de interesse para este artigo. Grão Mogol se desenvolveu a partir da exploração dos diamantes, na segunda metade do século XVIII, sendo identificados grão mogolenses como pioneiros de exploração deste mineral na Chapada Diamantina, no século XIX (Teixeira, 2021).

postagens sobre expressões linguageiras associadas à exploração do diamante; apresentação de uma pesquisa de doutorado sobre a exploração de diamante na Bahia.

A presença do coletivo no *Instagram* (Chapada Velha, 2025) e no portal, por si só, já aponta para a dimensão coletiva de Anderson e Dron, no sentido de abertura e ampliação de elos e nós da rede, com a formação de agregações (19,5 mil seguidores) que carregam a potência de construir comunidades de aprendizagem. Há uma primeira ruptura com a dimensão individual no agregado virtual, abrindo espaço para agenciamentos temporários em formas de ações coletivas no território ou fora dele. O efeito da presença em rede pode gerar ganhos individuais e simbólicos, conforme já mencionado por Carvalho, Rocha e Freitas (2007) por ocasião de contribuições na Wikipédia. O valor do (re)conhecimento da história da Chapada é diferencial para atuação de guias turísticos na região, e pode, inclusive, levar à proposição de novas trilhas de interesse histórico.

A realização da escrita da história pública, com apoio deste ambiente de rede, traz como potencialidade a identificação de ações e problemas colocados pelo coletivo, incluindo a decifração de vestígios de ocupação do território. No perfil se lê: “Infelizmente, o turismo na Chapada Diamantina tem focado especificamente nos atrativos naturais, promovendo um apagamento da história” (Chapada Velha, 2024b). Como é caro à educação patrimonial, a conscientização do grupo de sua história é essencial para sua preservação, e, neste caso, o (re)conhecimento do patrimônio cultural e histórico traz ganhos importantes, como a qualificação dos agentes turísticos e de trilhas de aventura já existentes. Apenas isso, porém, não basta, pois, em muitos casos, é preciso escrever a história, especialmente quando se identificam vestígios de atividades humanas ainda não decifrados e desconectados das narrativas históricas existentes. O próprio publicador do canal menciona:

pesquisar é difícil, mas nada comparado ao desafio de sintetizar tanta informação em cards de instagram ☺. A verdade é que se eu apresentasse um trabalho complexo e detalhado ninguém ia ler né. Mas, por isso, é muito importante que todos que visitam aqui, precisam ter em mente que é um grande quebra-cabeças, cada postagem é uma das peças, isoladamente tem seu valor, mas ao longo do tempo, ir juntando as postagens, vai dar uma boa base sobre a história da chapada (Chapada Velha, 2024a).

Das quatorze publicações relacionadas ao garimpo de diamantes, são apresentados fragmentos de publicações bibliográficas e também um depoimento oral da memória da extração diamantina. A apresentação de trechos da história, em fragmentos, é típica da cultura digital, e contrasta com a maneira acadêmica de escrita da história, podendo dificultar

os enquadramentos e trabalhos analíticos. A mediação para aprofundamentos seria necessária, pensando, então, na formação de comunidades de aprendizagem que podem se formar por cenários integradores, por exemplo. Trata-se de uma aproximação às atividades de difusão de conhecimento histórico em ambiente digital, em um canal que pode ser usado para mediação cultural. Essas estratégias de aproximação com as histórias e memórias locais oferecidas ao público amplo das redes sociais evoca questões de autoria e autoridade compartilhadas e da não exclusividade do formato escrito como o único para comunicação histórica e memorial, abordadas acima ao tratarmos da história pública. Pois um aspecto a ser considerado é que, na atuação dos guias de turismo, uma informação bem discutida no grupo e considerada pertinente pelo coletivo pode ser incorporada às narrativas do guia enquanto acompanha os turistas pelo território abordado.

O *Instagram*, como uma ferramenta, pode ser usado para criação colaborativa de conteúdos, mas não é a sua principal finalidade, podendo apresentar aspectos de interatividade funcional que comprometem a realização de tarefas orquestradas com vistas à produção de conhecimento. A apresentação das postagens nesta mídia assemelha-se mais a um banco de dados multimídia desestruturado, sem metadados que facilitem a recuperação de informação para pesquisas históricas no presente e no futuro, e sem beneficiar a construção de narrativas organizadas como se propõe a pesquisa histórica. Uma das possibilidades de mediação para a escrita da história local pode se concentrar na formatação e organização de um repositório digital confiável, para permanência dos registros e controle de autoridade, tarefas que habitualmente podem ser realizadas por arquivistas; ou também a utilização de ferramentas Wiki para produção de conteúdo. Mas, em quaisquer destas possibilidades de mediação para a escrita coletiva, os pesquisadores podem ser orquestradores e/ou facilitadores das ações, promovendo ações educativas e formativas para produção de conteúdos.

Outro potencial da rede é a identificação colaborativa dos vestígios, com ferramentas de geolocalização que podem ser adotadas em postagens e autorreguladas pela comunidade, a exemplo do ganho em quantidade que potencializa o ganho em qualidade como efeito da colaboração já apresentado por Carvalho, Rocha e Freitas (2007).

Um desses vestígios da exploração de diamantes da região, apresentado ao grupo por um de seus integrantes, faz parte de uma desafiadora trilha de Mountain Bike: o Aqueduto Caetano Martins. A exploração coletiva desta construção, na educação formal, poderia

funcionar como cenário integrador que clama por pesquisa científica para ser conhecido, a exemplo do proposto por Figueiredo, Guimarães e Massena (2024). Mas, no contexto do grupo, o reconhecimento do Aqueduto é um dos aspectos de interesse do agregado virtual: processos colaborativos de identificação e mapeamento de sua estrutura são facilitados por ferramentas das ‘humanidades digitais’ – geolocalização, mapeamento, e inclusão em atividades turísticas, educativas e culturais. Por outro lado, o pesquisador de história pode ajudar a elucidar quem foi o homem a quem é atribuída a sua construção¹¹ e suas relações com a mineração da Chapada, pela pesquisa documental em curso pela equipe.

Compreender a construção do Aqueduto é uma das peças do quebra-cabeças da exploração dos diamantes, e seu enquadramento histórico poderá ser realizado colaborativamente. A realização deste trabalho traz ganhos para o desenvolvimento de novos roteiros turísticos, movidos pelo interesse histórico e cultural, tanto na Chapada Diamantina quanto em outras regiões de exploração de diamantes, como é o caso de Grão Mogol, de onde viera Caetano Martins, para explorar diamantes na Chapada Diamantina. Pois, hoje, o aqueduto tem partes rompidas e não conduz mais as águas do córrego Caetano Martins, mas tem ganhado novos usos como trilha para bicicleta, que podem colocar em risco a construção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas picadas de Minas à Bahia, olhares atentos à busca de diamantes fizeram abrir trilhas, caminhos e descaminhos da riqueza, no século XIX. Neste princípio de século XXI, os cenários naturais fazem encher os olhos, enquanto, em ruínas, toda a riqueza do passado se esvanece. Desbravar novos percursos em trilhas desconhecidas do passado requer outro olhar, cuidadoso, cioso do que seja importante preservar, e não apenas explorar. O *Instagram* “Chapada Velha” é um meio para divulgar informações sobre a história da região, já presentes em bibliografia, bem como apresentar fragmentos inéditos em audiovisual de vestígios da história e memória locais também relacionados à produção de diamantes. A construção da história local, pública, em ambiente digital, por este coletivo, poderá ser realizada com a

¹¹ Caetano Martins Pereira nasceu em 1790, em Santo Antônio de Itacambira, Grão Mogol, Minas Gerais. Três de seus filhos e uma filha se deslocaram para a Chapada Diamantina nos anos 1840, para participar da exploração dos diamantes na região e por casamento, sendo considerados alguns dos primeiros exploradores da riqueza diamantina da Chapada. Lá constituem empresas denominadas Martins & Irmãos para exploração dos diamantes e administração de negócios na Bahia. Na Chapada, Caetano Martins dá nome a um córrego, em Igatu, e a um aqueduto que levava as águas deste córrego para áreas de mineração. Faleceu em 28 de abril de 1864, em Grão Mogol, com 74 anos. Cf. Cartório de 1º Ofício de Grão Mogol, Testamento e Codicilo de Caetano Martins Pereira (hoje, estes documentos foram recolhidos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais).

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

constituição de uma comunidade de aprendizagem com a mediação de profissionais, tais como historiadores e arquivistas e outros pesquisadores da Ciência da Informação que tem muito a contribuir para a qualificação do trabalho dos guias e outros profissionais de Turismo, a partir de suas pesquisas, mas não apenas a estes profissionais. Pois a construção de um repositório digital e outras ferramentas adequadas para o trabalho em rede, pode qualificar experiências de pesquisa e conexões entre os interessados por suas possibilidades de difusão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Gabriela Cruz. Casamento perfeito: as mídias digitais e a propagação de negacionismos históricos na internet. **Horizontes Históricos**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 124–138, 2025.

BARBOZA, Eduardo Fernando Uliana. Percepções sobre a presença de conteúdo interativo no jornalismo online: interatividade reativa, mútua e adaptativa. **Revista Panorama: Revista de Comunicação Social**, Goiânia, Brasil, v. 12, n. 2, p. 19-23, 2023. DOI: 10.18224/pan.v12i2.13257.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Gabinete da Ministra. Portaria GM/MMA Nº 1.373, de 22 de abril de 2025. Reconhece a Trilha Transespinhaço, situada no Estado de Minas Gerais, como integrante da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade – RedeTrilhas. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 76, p. 64, 23 abr. 2025.

CARVALHO, Adriane Maria Arantes de; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; FREITAS, Wladimir Mendes de. Cultura Hacker e a Colaboração na Wikipédia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais [...]**. Santos: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 35-53, 2016.

CHAPADA VELHA. **Garimpando histórias**. 2 jul. 2024a. Instagram: @chapadavelha. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C86zB1NNJ9N/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA.

CHAPADA VELHA. **Perfil**. Instagram: @chapadavelha. [S. l.: s. n.], [20--]. Disponível em: https://www.instagram.com/chapadavelha?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=ZDNlZDc0MzlxNw.

CHAPADA VELHA. **Territórios sobrepostos e a camada histórica desprezada pelo turismo**. 1 out. 2024b. Instagram: @chapadavelha. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DAmGBR8JA8k/?img_index=10.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

CROWDSOURCING. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Crowdsourcing> . Acesso em 16 maio 2025.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2012, Rio Grande. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2012.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005

FIGUEIREDO, Júlia Martins; GUIMARÃES, Thiago Santos; MASSENA, Elisa Prestes. A atuação da comunidade de prática para a ação ativista a partir de Cenários Integradores. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 30, e24037, 2024. DOI: 10.1590/1516-731320240037.

FREITAS, Thais Rodrigues de; SILVA, Eliezer Pires da. Os instrumentos de pesquisa nos arquivos. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 2, p. 246-257, 2023. DOI: 10.21728/logeion.2023v9n2.p246-257.

GRÃO MOGOL (MG). **Cartório do 1º Ofício de Grão Mogol (MG)**. Testamento de Caetano Martins Pereira, 5 mar. 1863. 7p.

IPIRANGA, Ana Silvia Rocha *et al.* Aprendizagem como ato de participação: a história de uma comunidade de prática. **Cadernos EBAPE Br**, [S.l.], Fundação Getúlio Vargas, v. 3, n. 4, p. 1-17, dez. 2005.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 15, p. 27-50, ago. 2014.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, p. 135-154, 2017.

MINAS GERAIS (Estado). Cordilheira do Espinhaço: mais novo destino turístico de Minas inclui dois parques estaduais. **Agência Minas**, Belo Horizonte, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/cordilheira-do-espinhaco-mais-novo-destino-turistico-de-minas-inclui-dois-parques-estaduais>. Acesso em: 20 maio 2025.

MORAES, Werter Valentim de. Turismo solidário: uma proposta para Grão Mogol no Vale do Jequitinhonha. **Otra Economía**, São Leopoldo, v. 8, n. 15, p. 185-195, jul./dez. 2014.

MUSSOI, Eunice Maria.; FLORES, Maria Lucia Pozzatti; BEHAR, Patricia Alejandra. Comunidades virtuais: um novo espaço de aprendizagem. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2007. DOI: 10.22456/1679-1916.14241.

NOIRET, Serge *et al.* História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2015.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

OLIVEIRA, Gustavo Augusto Andrade de; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. A mediação em Arquivos. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 75-94, 10 set. 2020.

PONS, Anaclet. De la historia local a la historia pública: algún defecto y ciertas virtudes. **Hispania Nova**. Madrid, n. 1, p. 52-80, 2020.

REDE TRILHAS. **X Seminário TransEspinhaço**. 23 ago. 2024. Instagram: @redetrilhas. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_A9gNIP2od/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 20 maio 2024.

ROCHA, Antonieta; PEREIRA, Alda. Grupos, Redes e Coletivos: um contributo para entender a teoria de Anderson e Dron. **Educação, Formação & Tecnologias**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2004. p. 39-52. Disponível em: <https://share.google/s1keNILbO9uGciyUx>. Acesso em: 20 maio 2024.

SAMPAIO, Theodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 352 p.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl F. P. von. **Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976. v. 2. 270 p.

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. **Chapada, lavras, diamantes: percurso histórico de uma região sertaneja**. Salvador: Solisluna Editora, 2021.

VELOSO, Verônica Gonçalves. Grupo ou Coletivo: uma questão de tempo. In: CONGRESSO DA ABRACE, 5., 2008, [S. l.]. **Anais eletrônicos [...]**. Campinas: Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas, 2008. v. 9, n. 1. Disponível em: <https://www.iar.unicamp.br/publionline/abrace/hosting.iar.unicamp.br/publionline/index.php/abrace/article/view/1435.html>. Acesso em: mai. 2025.